



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Conselho Consultivo do Setor Privado

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO SETOR PRIVADO (CONEX)

Realizou-se, no dia 12 de julho de 2022, das 10h00 às 12h34, por meio telemático, a **20ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX)** da Câmara de Comércio Exterior (Camex). A reunião objetivou apresentar os estudos elaborados por membros do Conselho, deliberar sobre as minutas de Recomendação elaboradas a partir dos referidos estudos e discutir questões referentes à governança do CONEX. A reunião foi presidida pelo Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt, e mediada pela Secretária-Executiva da Camex, Ana Paula Repezza.

A reunião contou com a participação dos seguintes membros titulares e suplentes do CONEX:

Roberto Fendt, Presidente do Conselho Consultivo do Setor Privado, Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais;
Embaixador Alex Giacomelli da Silva, Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimento do Ministério das Relações Exteriores, como representante do MRE;
Ana Paula Repezza, Secretária-Executiva da CAMEX/ME;
Renato da Fonseca, representante suplente da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
Luigi Nesse, representante titular da Confederação Nacional de Serviços (CNS);
Gabriella Dorlhiac, representante suplente do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil);
José Serrador Neto, representante suplente da Embraer S.A.;
Mário Alberto Marchini, representante titular da AMCM Indústria, Comércio, Exportação e Serviços Técnicos;
José Ricardo Bihl, representante suplente da empresa Petruz Fruity;
Luis Carlos Tavares de Carvalho, representante suplente da BRF S.A.;
Ailton Nascimento, representante suplente da Stefanini;
Ronaldo Valentino da Cruz, representante titular da Oktagon;
Henrique Lian, representante suplente da Proteste;
Lilian Salgado, representante titular do Instituto de Defesa Coletiva (IDC);
Prof. Roberto Rodrigues, pesquisador independente;
Prof. Renata Vargas Amaral, pesquisadora independente.

Também estiveram presentes, como convidados, Sueme Mori, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA), e Igor Celeste, representante da ApexBrasil.

1. Abertura e boas-vindas

O Secretário Roberto Fendt iniciou a videoconferência cumprimentando os participantes e

agradecendo a presença de todos. Em seguida, passou a palavra à Secretária-Executiva da Camex, Ana Paula Repezza, para conduzir a agenda da reunião.

2. Aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária de 2021

A Secretária-Executiva da Camex, Ana Paula Repezza, convocou os conselheiros para a aprovação da ata da 19ª Reunião Ordinária do CONEX, já circulada aos membros do Conselho. Sem manifestação contrária, a versão final da ata foi aprovada.

3. Deliberações

Voto 3.1 Governança CONEX

A Secretária-Executiva Ana Paula Repezza agradeceu a presença do Embaixador Alex Giacomelli da Silva, novo representante titular do MRE no CONEX, órgão que vem contribuindo ativamente para as discussões no âmbito desse colegiado. Em seguida, consultou sobre possibilidade de se prorrogar o mandato dos membros até 30 de junho de 2023, dado que o mandato atual, concedido por meio da Resolução Gecex nº 153, de 4 de fevereiro de 2021, pela Resolução Gecex nº 124, de 26 de novembro de 2020 e suas alterações posteriores, expira em 30 de novembro de 2022. Explicou que o objetivo da prorrogação proposta seria o de preservar o fluxo dos trabalhos do colegiado ao longo dos primeiros meses da nova gestão da CAMEX, sem descontinuidade em função de possíveis mudanças inerentes ao processo de transição governamental.

O Professor Roberto Rodrigues, pesquisador e membro da comunidade acadêmica do CONEX, manifestou que não se sentiria à vontade para pedir a prorrogação do próprio mandato e sugeriu que a prorrogação deveria partir de outros meios. Mário Marchini, representante da AMCM Indústria, Comércio, Exportação e Serviços Técnicos, manifestou que o momento posterior às eleições constituiria uma melhor conjuntura para a tomada de decisão quanto aos mandatos. Os representantes da CNI e Embraer colocaram-se à disposição para a hipótese de prorrogação caso os membros do Gecex decidam por aprovar o pleito. Os representantes da Sefanini e da ICC manifestaram interesse na prorrogação.

Não houve deliberação quanto ao tema de prorrogação de mandatos na presente reunião, mas não se fez objeção a que o tema seja pautado em reunião do Gecex ainda em 2022.

Voto 3.2 Diretrizes para a Política Comercial Brasileira

A Secretária-Executiva da Camex, Ana Paula Repezza, lembrou que foram demandados estudos, pelo conjunto dos conselheiros, em junho de 2021, a respeito de iniciativas constantes do Plano de Trabalho que careceriam de discussões mais aprofundadas. Agradeceu o esforço e o comprometimento dos representantes envolvidos nos estudos.

A representante da ICC, Gabriella Dorlhiac, apresentou o estudo intitulado de "Diretrizes para a política comercial brasileira de longo prazo", produzido pelo ICC Brasil com base na iniciativa 4.1.1 do Plano de Trabalho do CONEX, qual seja, "definição de estratégia ampla para a política comercial brasileira."

O estudo analisou a evolução da participação do Brasil no comércio exterior, a evolução da política tarifária e a participação do Brasil em acordos comerciais, e discorreu sobre a importância de uma maior inserção internacional da economia brasileira. Ademais, apresentou possíveis pilares para uma estratégia de política comercial de longo prazo, abordando questões relacionadas à inserção internacional e aos ganhos de produtividade e de competitividade das empresas, bem como diretrizes para uma reforma tarifária, dentre outros temas de política

comercial. Por fim, abordou experiências de outros países em suas trajetórias de ampliação de inserção internacional.

Após a apresentação, passou-se a palavra para os participantes da reunião. Mario Marchini, da AMCM, sugeriu um maior envolvimento da CNI nesse estudo. Luigi Nesse, da CNS, manifestou-se sobre a inserção do Brasil no comércio internacional sob uma ótica conjunta de turismo e agronegócio. Ao final, os membros entenderam que há elementos que precisam ser aprimorados. O ICC propôs circular o estudo e organizar discussões para a elaboração de uma versão revisada do estudo apresentado pelo ICC na próxima reunião do CONEX. Essa revisão acomodaria as sugestões e percepções elencadas na reunião em tela, geraria recomendações a serem entregues à equipe de transição.

Informa-se que não houve deliberação quanto a este ponto da agenda.

Voto 3.3 Introdução da Agenda de Sustentabilidade na Política Comercial Brasileira

Henrique Lian, da Proteste, iniciou a apresentação do estudo "Introdução da Agenda de Sustentabilidade na Política Comercial Brasileira" a partir da iniciativa 4.1.2 do Plano de Trabalho do CONEX. Com base nos resultados desse estudo, foram propostas minutas de recomendação para apreciação dos conselheiros. Henrique Lian informou que o estudo objetivou mapear os principais diplomas e regras, legalmente vinculantes ou não, que poderiam restringir a exportação de produtos brasileiros, ou que poderiam aumentar o acesso a mercados desses produtos, por conta de seus processos produtivos e/ou sua reputação. O estudo também analisou as possíveis implicações positivas e negativas do conjunto de diretrizes mapeado para os produtos brasileiros.

A Secretária-Executiva da Camex, Ana Paula Repezza, agradeceu a apresentação e destacou o trabalho de elaboração de conjunto de recomendações feitas a partir desse estudo, direcionadas a diversos órgãos, como o Conselho de Estratégia Comercial, no contexto de concessão de mandatos negociadores, e ao Gecex, no que tange ao monitoramento do surgimento de novas barreiras. Também sugeriu a implementação de um local/site único voltado a consultas pelos próprios formuladores de política pública e exportadores e a criação de uma aba específica para "barreiras em sustentabilidade" no Portal "Sem Barreiras".

A Secretária-Executiva da Camex informou, ainda, que há recomendações voltadas ao Ministério da Agricultura não apenas relacionadas à promoção de imagem, mas também à possibilidade de se conceder um auxílio para que produtores custeiem os seus processos de certificação e sustentabilidade. Todavia, tal iniciativa seria objeto de novas reflexões sobre a forma de concessão desse auxílio, de tal modo que ele não se reverta em subsídios acionáveis no âmbito da OMC. Por último, indicou a possibilidade de se associar, à agenda de capacitação, atividades relacionadas à promoção comercial focada em sustentabilidade, em consonância com recomendação já exarada na reunião do CONEX de agosto de 2021. Em linhas gerais, do ponto de vista da CAMEX, essas poderiam ser as recomendações recorrentes do resultado dos estudos mencionados.

José Serrador, representante da Embraer, manifestou estar de acordo com o estudo, e acrescentou que existe uma agenda ofensiva que busca mapear subsídios fornecidos à concorrentes de produtos brasileiros que estejam disfarçados de subsídios verdes. Destacou que, no setor aeronáutico, seguimento de atuação da Embraer, essa agenda ofensiva é muito trabalhada. Por fim, apontou que o setor aeronáutico tem endereçado ostensivamente a questão dos subsídios na agenda verde, a qual envolve, muitas vezes, subsídios usados para pesquisa, desenvolvimento e inovação que causam enormes distorções no setor.

Henrique Lian, da Proteste, agradeceu a manifestação do membro da Embraer e reafirmou a importância da liderança da empresa nessa discussão, inclusive considerando a possibilidade de acionamento do Órgão de Solução e Controversias, uma vez que as medidas de política comercial para fins ambientais não devem constituir um meio de discriminação arbitrária ou injustificada, nem de restrição disfarçada ao comércio internacional, de acordo com as regras da própria OMC.

Renato da Fonseca, representante do MRE, manifestou que o órgão gostaria de avaliar alguns

pontos nas recomendações decorrentes do estudo da Proteste, as quais também devem ser direcionadas à ApexBrasil ou ao MRE. Sobre a questão abordada em uma das recomendações, quanto à redução de uso de fertilizante e de defensivos, explicou que deve-se ter atenção ao lidar com o tema, pois existem fertilizantes e defensivos biológicos, os quais não podem ser tratados como se fossem um mesmo produto, visto não possuírem o mesmo impacto no meio ambiente. Ana Paula Repezza, da SE-CAMEX, solicitou que os comentários fossem enviados por escrito aos autores do estudo. Por fim, Renata Amaral, professora adjunta da American University, membro da comunidade acadêmica do CONEX, salientou que é importante enfatizar o que o Brasil tem feito corretamente nessa seara e o que poderá o colocá-lo em posição de protagonismo novamente, voltando a liderar discussões ligadas ao agronegócio e à sustentabilidade.

Não houve deliberação quanto a este ponto da agenda.

4 Relatos

Tema 4.1 Estudo "A Indústria Farmacêutica: Uma Proposta para o Plano de Trabalho 2021/2022 do Conselho Consultivo do Setor Privado"

Foi realizada a apresentação do estudo "A Indústria Farmacêutica: Uma Proposta para o Plano de Trabalho 2021/2022 do Conselho Consultivo do Setor Privado", produzido pela Instituto de Defesa Coletiva, a partir da iniciativa 4.2.2 do Plano de Trabalho do CONEX.

A Secretária-Executiva da Camex contextualizou a iniciativa, informando que, inicialmente, a análise envolveria uma redução tarifária em todos os produtos voltados a consumidores finais. Ao longo da execução do estudo, reduziu-se o escopo da iniciativa, haja vista a necessidade de finalização do estudo em tempo hábil, o qual passou a focar em consumidores mais idosos. A Secretária-Executiva agradeceu o esforço da equipe da IDC e passou a palavra para Ana Cristina, representante daquele Instituto.

Ana Cristina iniciou o relato explicando a escolha do tema, considerando o impacto dos medicamentos no orçamento dos consumidores brasileiros, em especial dos idosos, um dos principais públicos atendido pelo IDC. Apresentou os objetivos iniciais do estudo, quais sejam: i. analisar se estrutura produtiva nacional está adequadamente refletida nas alíquotas da TEC do setor farmacêutico e ii. analisar se a correção de eventuais distorções traria redução dos preços ao consumidor final. Diante das dificuldades ocorridas na elaboração das análises, o foco do estudo voltou-se para o primeiro tópico. Em relação aos possíveis efeitos sobre preços, a IDC buscou responder à questão por meio de entrevistas com representantes do setor.

Foram identificados, dentro da lista de insumos farmacêuticos que são considerados prioritários pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, vários itens com alíquotas altas, chegando a 14% para itens sem produção nacional. Isso sinalizou a possibilidade que as alíquotas da TEC poderiam não estar totalmente aderentes à realidade produtiva atual da indústria farmacêutica. Com isso, sugere-se uma redução das alíquotas de antibióticos, analgésicos, anticonvulsivos e antiepilépticos. Informou que os dados foram encontrados no início do estudo, em 2021, e que atualmente a lista está diferente. Destacaram que, na referida lista, não há nenhum produto de produção nacional. No entanto, somente um item possuía a alíquota zerada.

Foram encontrados estudos que informam que os Insumos Farmacêuticos Ativos - IFAs chegam a representar 60 a 70% do custo de um medicamento. Dado este fato, o IDC conversou com representantes do setor para averiguar esta informação, por meio de entrevistas. Todavia, tais entrevistas não foram suficientes para se chegar a uma indicação de redução da TEC para estes produtos. Quanto aos produtos farmoquímicos, os representantes das indústrias entrevistados informaram que estes insumos não representam parcela expressiva dos custos. Já a indústria de medicamentos genéricos possui posicionamento distinto, tendo sido relatado que, como tais medicamentos possuem preços inferiores, uma redução no preço do insumo poderia reduzir de forma não desprezível o custo total de produção.

Por fim, recomenda-se dar continuidade à pesquisa com foco na indústria de medicamentos

genéricos, tendo em vista que houve interesse desse seguimento da indústria farmacêutica no estudo. Ainda, a análise seria expandida para envolver itens de produção nacional. Por fim, apontou-se questões outras que também exercem pressão sobre os preços, e que precisam ser consideradas e tratadas de forma conjunta, tais como: a elevada carga tributária para produtos considerados essenciais; a Lei das Patentes; e a sistemática de controle de preços vigentes.

Renato Fonseca, representante da CNI, ressaltou que o setor farmacêutico é bastante heterogêneo, englobando a indústria de medicamentos genéricos, laboratórios de grande porte que conduzem pesquisas no exterior, laboratórios menores, bem como o sistema SUS. Salientou que o estudo em discussão deve realizar uma avaliação mais profunda, não focando apenas em genéricos, de modo a contemplar questões ligadas ao desenvolvimento tecnológico na área de medicamentos (biotecnologia). Ana Cristina, do IDC, agradeceu as sugestões do Renato, e mencionou que medicamentos genéricos comporão uma fase do estudo, não sendo este o único foco de análise. Renata, membro da comunidade acadêmica do CONEX, sugeriu que nos próximos meses fossem aprofundadas as discussões com FARMABrasil, ABIQUIM e outras empresas e instituições já entrevistadas no estudo. Explicou que este é um setor denso e sugeriu também que se fizesse uma conexão do estudo com a resposta do setor à pandemia.

Tema 4.2 Relatório de Acompanhamento do Plano de Trabalho CONEX 2021/2022

Ana Repezza, Secretária-Executiva da Camex, iniciou o relato sugerindo aos membros que o relatório de acompanhamento seja feito anualmente, pois o mesmo tem, como objetivo, prestar contas aos conselheiros sobre o andamento das diferentes iniciativas.

A Secretária-Executiva contextualizou sua fala informando que o Plano de Trabalho foi aprovado em março de 2021, tendo sido aprovados, em junho de 2021, os textos das primeiras Recomendações CONEX. Em agosto de 2021, houve o encaminhamento das Recomendações aos órgãos competentes, tendo sido iniciado o monitoramento das iniciativas dos Plano de Trabalho em Junho de 2022. Em seguida, lembrou os seis eixos temáticos no plano de trabalho, sendo eles: Estratégia Comercial; Estrutura Tarifária; Agenda Regulatória; Financiamento às Exportações; Promoção Comercial e Governança. Sobre esse último, Ana Paula Repezza explicou que ele derivou da necessidade de se mapear os processos de formulação das recomendações do CONEX .

Informou que, ao longo de 2021, a SE-Camex fez uma parceria com a CGU, que realizou um projeto de melhoria em diferentes colegiados da Câmara, tendo sido o CONEX indicado como um dos colegiados para realização desse trabalho. O resultado dessa consultoria foi o mapeamento completo dos processos de trabalho do CONEX, que se encontra anexado à versão completa do relatório enviado aos membros. Destacou-se que o fato de o CONEX ter se comunicado com outros órgãos por meio de recomendações trouxe um maior engajamento desses órgãos, o que elucida a capacidade dos conselheiros de influenciar a formulação de política pública em comércio exterior de forma estruturada e com transparência.

Luigi Nesse, da CNS indagou os próximos passos do GT Serviços até o final do ano, iniciativa esta constante do Plano de Trabalho do CONEX. Ana Repezza informou que o GT Serviços possui um plano de trabalho, com condução dos trabalhos até outubro de 2022. Ademais, José Serrador, da Embraer, reconheceu a importante trabalho da SE-CAMEX em relação ao Fundo de Garantia à Exportação (FGE).

Encerramento

Em suas considerações finais, o Secretário Especial da SECINT, Roberto Fendt, mostrou-se muito satisfeito com a qualidade dos trabalhos apresentados, parabenizou aos autores pela grande contribuição aos trabalhos do CONEX, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Brasília, 12 de julho de 2022.

ANA PAULA LINDGREN ALVES REPEZZA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lindgren Alves Repezza, Secretário(a) Executivo(a)**, em 02/12/2022, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **29840409** e o código CRC **6764B3BC**.

Referência: Processo nº 19971.100620/2022-11

SEI nº 29840409